



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)

Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM)

Secretaria Executiva

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL

Ata da 175ª reunião, realizada em 14 de dezembro de 2017

1 Em 14 de dezembro de 2017, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho
2 Estadual de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de
3 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente
5 Germano Luis Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e
6 Desenvolvimento Sustentável, e o presidente suplente Anderson Silva de Aguiar,
7 secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
8 Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha, da Secretaria de
9 Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Angelo Oswaldo de
10 Araújo Santos, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Macaé Maria Evaristo
11 dos Santos e Ivonice Maria da Rocha, da Secretaria de Estado de Educação
12 (SEE); André Port Artur de Paiva Torres, da Secretaria de Estado de
13 Planejamento e Gestão (Seplag); Marcela Lencine Ferraz, da Secretaria de
14 Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da Secretaria de Estado de
15 Transportes e Obras Públicas (Setop); Carlos Moura Murta e Breno Longobucco,
16 da Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir); Guilherme
17 Augusto Duarte Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,
18 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Odair José da Cunha e Letícia
19 Capistrano Campos, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Elisa Vieira
20 Marques Brigagão Dias, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Pedro de
21 Freitas Moreira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda);
22 Nathalia Carriere Faria Paulino, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
23 Andressa de Oliveira Lanchotti, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
24 Douglas de Carvalho Henriques, da Comissão de Meio Ambiente e
25 Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG);
26 Polyana Faria Pereira, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
27 Naturais Renováveis (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira
28 de Municípios (AMM). Representantes da sociedade civil: Cleinis de Faria e Silva,
29 da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos Alberto
30 Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
31 Gerais (Faemg); Adair Evangelista Marques, da Federação das Indústrias do
32 Estado de Minas Gerais (Fiemg); Wagner Soares Costa e Paula Meireles Aguiar,
33 do Conselho da Micro e Pequena Empresa; Lucilene Aparecida da Silva, da
34 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
35 (Fetaemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram);
36 Adriano Nascimento Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais
37 (CMI); Pegge Sayonara Mendes, da Associação Brasileira de Engenharia

38 Sanitária e Ambiental (Abes); Paulo José de Oliveira, da Associação Pró-Pouso
 39 Alegre (Appa); Flávio Eduardo Krollmann, da Kaluana Upiara Conservação e
 40 Gestão Ambiental; Carlos Ernest Dias, da Associação de RPPNs e Outras
 41 Reservas Privadas de Minas Gerais (Arpemg); Ronaldo Vasconcellos Novais, da
 42 Organização Ponto Terra; Miguel Angelo Andrade, da Pontifícia Universidade
 43 Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Eliane Silva Ferreira Almeida, da
 44 Universidade Fumec; Luiza Maria de Carvalho, do Conselho Regional de
 45 Engenharia e Agronomia (Crea); Adalberto Carvalho de Rezende, da Sociedade
 46 Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO**
 47 **NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. Em seguida, foi feita exibição
 48 de um vídeo institucional sobre a atuação da SEMAD. **2) ABERTURA.** O
 49 presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais
 50 (Codemig), Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, comunicou sobre a
 51 entrega da nova sede da SEMAD para a realização das reuniões do COPAM e do
 52 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), no auditório do Terminal
 53 Rodoviário de Belo Horizonte. Em seguida, o presidente do COPAM, Germano
 54 Luis Gomes Vieira, destacou as principais ações desenvolvidas pela gestão da
 55 SEMAD no exercício de 2017 e comentou as metas estabelecidas para 2018.
 56 Após as manifestações, foi feito o descerramento da placa de inauguração da
 57 nova sede do COPAM e do CERH, e o presidente Germano Luis Gomes Vieira
 58 declarou aberta a 175ª reunião do Plenário do COPAM. **3) COMUNICADOS DOS**
 59 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Angelo Oswaldo de Araújo
 60 Santos: “Eu faço uma saudação ao Conselho Estadual de Política Ambiental. A
 61 Secretaria de Estado de Cultura tem um prazer muito grande de participar deste
 62 Colegiado e de trazer com a nossa representação um contributo para a discussão
 63 e a implementação da política estadual de meio ambiente, que está muito ligada
 64 também à questão cultural, aos desafios da cultura, especialmente no que diz
 65 respeito ao nosso patrimônio cultural. E temos, por meio do Instituto Estadual do
 66 Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG) e do Conselho Estadual do Patrimônio
 67 Cultural, procurado acompanhar e cumprir o papel que nos cabe nesse grande
 68 programa do Estado de Minas Gerais. Então, ao reafirmar aqui a nossa
 69 participação solidária nas ações da política estadual de meio ambiente, eu quero
 70 registrar as nossas felicitações, as nossas congratulações à SEMAD e ao
 71 Conselho, especialmente pela gestão do secretário Germano Vieira, que trouxe
 72 muito dinamismo e impulsionou a Secretaria no sentido positivo. Quem é
 73 secretário de Estado todo dia encontra alguém que pergunta ‘será que você não
 74 me ajuda lá no Meio Ambiente a encaminhar alguma coisa que está lá há uns dez
 75 anos, oito anos, seis anos’. E nós sentimos agora que está havendo uma
 76 modernização. Não é uma facilitação vulgar, mas uma organização,
 77 modernização, racionalização das ações, não naquela linha punitiva, que hoje
 78 parece ser a sina do Brasil de exercer sempre punitivamente o dia a dia, mas no
 79 sentido da racionalidade, que leva, aí, sim, à preservação, ao respeito ao meio
 80 ambiente e à equação da vida social, da vida humana dentro do contexto

81 ambiental. Então, parabéns, secretário Germano pelo seu conselheiro exemplar,
82 que já está sendo reconhecido pelos demais Estados da Federação, pelo seu
83 desempenho exemplar.” Conselheiro Carlos Moura Murta: “Eu quero
84 cumprimentar o nosso secretário Germano Vieira. Em nome dele, eu cumprimento
85 todo o Sistema. E quero cumprimentar o nosso governador Fernando Pimentel por
86 essa maravilha, através do secretário de Governo, Odair, que leve a ele os
87 agradecimentos e reconhecimento deste Conselho tão importante. Eu digo, talvez,
88 o coração do Estado de Minas Gerais. E mostrar que a modernidade, aquilo que
89 ele prega, ouvir o mineiro para realizar, para fazer o Estado andar, mais uma vez
90 nós estamos enxergando o seu pensamento. A sensibilidade do governador
91 Pimentel de atender a todos os mineiros, que seja no Jequitinhonha, no Sul, no
92 Triângulo, onde quer que seja, no mais distante rincão deste Estado, que a
93 presença do governo esteja ali efetiva. E nós estávamos enxergando essa
94 ausência absoluta, quando eu já tive alguns problemas e até mesmo alguns atritos
95 com o nosso secretário Germano, quando eu dizia em defesa dos municípios que
96 o Sistema estava muito burocrático, muito arcaico. E, a partir daí, do final do ano
97 passado e neste ano, nós enxergamos uma mudança determinante, brutal, na
98 eficiência, na transparência, sem ferir, hora nenhuma, o meio ambiente, sem em
99 hora nenhuma facilitar nada para qualquer pessoa que seja. Mas a sensibilidade
100 do nosso governador de fazer e estar a postos para o cidadão. Hoje pela manhã
101 eu fiquei, mais uma vez, orgulhoso de pertencer a este governo, quando nós
102 entregávamos à região metropolitana de Belo Horizonte um grandioso Hospital
103 Regional lá no Barreiro, o conhecido Hospital do Barreiro, quando o governador
104 acompanhava o prefeito de Belo Horizonte entregar à região. Evidentemente que,
105 muitas das vezes, não se tem conhecimento, não se sabe, mas um hospital
106 daquele porte só foi possível, só foi viável, só é viável porque tem o apoio direto
107 do governador Fernando Pimentel e com aporte de recursos do Estado. Quando
108 nós enfrentamos a maior crise econômica que se alastra neste país, o nosso
109 governador teve a ousadia de bancar 25% do custeio daquele hospital para que
110 pudesse servir à região metropolitana de Belo Horizonte. Então, mais uma vez,
111 essa sensibilidade que faz com que tenhamos essa vocação e essa vontade de
112 percorrer o Estado de Minas Gerais, de andar, de defender o mineiro, porque nós
113 temos um timoneiro capaz de dar direção a esse barco, que é promissor, e que eu
114 tenho certeza absoluta de que todos irão compreender, enxergar e aplaudir o
115 nosso governador, como ele foi aplaudido hoje lá no Barreiro com o maior carinho
116 de todos aqueles que lá estavam presentes. Parabéns, Germano, parabéns nosso
117 Castello Branco, da Codemig, que transformou realmente aqui – que era um
118 ambiente feio e sujo – nessa coisa linda, maravilhosa. E hoje, deste Conselho, do
119 qual eu faço parte, ausente, vou passar a ser presente, porque agora nós temos
120 um ambiente gostoso, saudável, para que possamos estar participando
121 diretamente. Nós estaremos agora como conselheiros presentes. Muito obrigado,
122 e que todos façam bom uso desse espaço.” Conselheiro Odair José da Cunha:
123 “Eu quero cumprimentar a todos os conselheiros e conselheiras aqui presentes,

124 quero cumprimentar ao Germano, nosso secretário do Meio Ambiente e, na
125 pessoa dele, quero cumprimentar todos os servidores do Sisema, porque essa
126 política pública é uma política feita a muitas mãos, com o Ministério Público, com
127 os órgãos do governo do Estado, com a sociedade civil aqui representada, com a
128 Assembleia Legislativa. É uma tarefa comum. É claro que o desafio nosso de
129 fazer um desenvolvimento sustentável exige de todos os atores que estamos aqui
130 presentes um exercício, uma dedicação, uma determinação e uma atenção
131 permanentes. E eu tenho certeza de que a composição deste Conselho e os
132 atores que aqui estão envolvidos têm condições de orientar, conduzir uma boa
133 política ambiental para o nosso Estado. O desafio é grande, mas é preciso fazer
134 escolhas certas. E é isso que o governador Pimentel tem orientado todo o seu
135 governo. Em um momento em que nós temos escassez de recursos com crise
136 econômica, crise institucional, crise política que estamos enfrentando há alguns
137 anos, é preciso acertar, mais e cada vez mais, nas escolhas que nós estamos
138 fazendo. E o que deve orientar as nossas escolhas deve ser fazer com que o
139 Estado esteja ao lado daqueles que mais precisam da rede pública de saúde, da
140 rede pública de educação, do sistema de segurança, e, no caso do meio
141 ambiente, a produção de uma política e a realização de uma política que garanta
142 sustentabilidade, mas também que o cidadão que procura o Estado tenha
143 resposta. Eu sempre digo que o desafio nosso não é liberar empreendimento, mas
144 decidir empreendimento. Sim ou não, o cidadão tem direito, e nós temos
145 obrigação de, em um tempo razoável, dar resposta ao cidadão. E é para essa
146 resposta, positiva ou negativa, que nós estamos preparando o Sisema, do ponto
147 de vista dos processos de licenciamento, mas a política ambiental é muito mais do
148 que isso. E eu tenho certeza de que o COPAM ajuda o governo a fazer as
149 escolhas certas, e é por isso que nós estamos aqui hoje dizendo que o meu
150 suplente aqui, que é o Francisco, é um pouco mais presente do que eu, mas, com
151 certeza, nós dois estamos bem representados pela Letícia, que sempre reporta a
152 nós – e o próprio secretário Germano – todas as ações prioritárias que nós
153 estamos debatendo aqui. Porque os assuntos que por aqui passam são assuntos
154 que interessam ao governo como um todo, porque esses assuntos interessam à
155 sociedade de Minas Gerais. É uma alegria estar aqui com vocês. Muito obrigado,
156 e, parabéns, Germano e a toda a sua equipe.” Conselheira Paula Meireles Aguiar:
157 “Eu represento aqui a micro e a pequena empresa e não posso também deixar de
158 parabenizar o trabalho feito pela SEMAD em relação, mais especificamente, à
159 aprovação de licenças. Só do COPAM, foram 104 reuniões em 2017, isso sem
160 contar as licenças de 1 a 4, que não passam pelo COPAM. Nós, da indústria,
161 sentimos imediatamente essa mudança não só de eficiência, mas a própria
162 postura dos órgãos e dos técnicos. Então, eu gostaria de parabenizar muito,
163 inicialmente, claro, o Germano. Eu acho que sem uma liderança firme, uma
164 pessoa engajada, alguém que te leve junto, talvez a gente não conseguisse
165 chegar aonde chegamos. Então, meu amigo, parabéns por tudo que você tem
166 feito. Agora, a equipe também que você colocou ao seu lado é fundamental para

167 isso acontecer. Então, parabéns também, por favor, extensivo à equipe que fica
168 na SEMAD, às equipes das Suprams também, que são fantásticas. Eu preciso
169 destacar a Zona da Mata e o Sul de Minas, porque de lá vem o maior número de
170 processos, mas todas as Suprams estão de parabéns. E, com certeza, a equipe
171 da secretaria executiva. Eu vou falar da Vânia, mas estendo a todos, porque
172 sabemos que basta um errinho para que uma reunião inteira vá por água abaixo.
173 E ela e toda a sua equipe não permitem que isso aconteça. Então, os nossos
174 sinceros parabéns pela gestão da pasta e pelos excelentes resultados
175 alcançados.” Luiza Maria de Carvalho: “Boa tarde a todos. Eu gostaria de saudar a
176 todos os presentes e, em nome do Crea-MG, destacar que o grande feito do ano
177 de 2017, que se encerra daqui a 17 dias, é que foram feitos muitos eventos
178 qualificados, com a parceria que tiveram, e principalmente destacar que as
179 reuniões de que eu participei aqui neste ano foram reuniões de compartilhamento
180 de saberes, e isso para mim é o maior ganho que podemos ter neste ano. E eu
181 espero que em 2018 possamos dar continuidade a essa tarefa, que é árdua, mas
182 fundamental para as futuras gerações.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu
183 não poderia deixar também de parabenizar. Primeiro, dizer da alegria de estar
184 iniciando os trabalhos aqui no Plenário do COPAM, embora já estejamos na CNR
185 e na URC. Mas neste momento aqui eu quero deixar registrado também, em nome
186 das ONGs, os nossos cumprimentos a todos, na pessoa do Sr. Germano, pela
187 aquisição deste espaço. Para nós que vimos do interior, principalmente, é mais
188 propício, não precisamos nem sair da rodoviária. Então, agradecer mesmo,
189 parabenizar e estender esses agradecimentos também à Vânia e sua equipe, que
190 tão bem nos atendem, principalmente a quem é do interior, que é mais
191 complicado. E dizer que neste tempo em que nós estamos no COPAM nós temos
192 percebido vários avanços mesmo, sendo ampliada um pouco a participação
193 democrática, o que facilita os avanços. Nem tudo fica como a gente quer, mas
194 percebemos que há um avanço significativo, e isso para nós, das ONGs, é muito
195 importante. Partindo do princípio de que tudo que nós possamos fazer vai
196 necessitar realmente da união de forças, de todas as forças vivas do Estado, essa
197 ferramenta que nós temos aqui é muito importante mesmo. Então, cada passo que
198 podemos dar fortalecemos, isso soma e se torna fruto aqui na nossa caminhada.
199 Parabéns a todos, e que 2018 seja de pleno sucesso para todos nós. E que todos
200 tenham, nas festas natalinas e de passagem de ano, realmente, a forma de ver,
201 de analisar e de sedimentar os projetos, os processos, que venha frutificar nos
202 próximos dias.” Conselheiro Douglas de Carvalho Henriques: “Eu não poderia
203 deixar de dizer que o Poder Legislativo – aqui eu falo em nome do deputado
204 Glaycon Franco, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia
205 Legislativa – tem percebido o importante trabalho que tem sido feito na SEMAD,
206 que tem preservado a harmonia entre os poderes, e a colaboração entre a
207 Comissão e a Secretaria é muito importante. Então, a Comissão de Meio
208 Ambiente estará sempre à disposição. E parabenizar o Conselho, principalmente
209 na alteração das últimas DNs, pela discussão democrática que foi feita aqui, com

210 participação popular, inclusive, o que é muito importante para o futuro do nosso
211 Estado, que historicamente sempre depende do meio ambiente e que tem o
212 ambiente muito rico, que é um trem que nós temos que preservar com muito
213 carinho e com muito cuidado. Mas não podemos deixar de ter vistas para o
214 desenvolvimento sustentável. Era só o que eu queria dizer, e parabenizar a vossa
215 excelência pela condução importante, porque tem sido o líder que tem feito o
216 trabalho que nós temos visto até hoje e que, seguramente, vamos ver muito
217 melhor de agora em diante.” Conselheiro Adair Evangelista Marques: “Em nome
218 da Federação das Indústrias, eu quero cumprimentar a você, ao Marco Antônio,
219 pelo excelente trabalho que foi feito, e gostaria de ressaltar a questão do
220 programa de fiscalização ambiental preventiva, que tem sido feito conjuntamente,
221 e que a Federação está engajada no sentido de trabalhar com a indústria mais
222 sustentável no Estado de Minas Gerais.” Conselheiro Cleinis de Faria e Silva: “Boa
223 tarde a todos. Eu não poderia deixar de me manifestar. Eu estou reestreando aqui
224 no COPAM. A última reunião do COPAM de que eu participei foi em 2003. Então,
225 fico até um pouco emocionado em estar aqui novamente, no retorno ao Plenário,
226 em que eu também representei a Federação das Indústrias, com muita honra e
227 satisfação. Mas hoje eu não poderia deixar de dar aqui a minha palavra pelo
228 presidente da Associação Comercial de Minas, Lindolfo Paoliello, e retratar aqui a
229 plena confiança que a Associação Comercial tem no trabalho da SEMAD. E aqui
230 eu queria cumprimentar todos os servidores, em seu nome, Germano, pelo
231 carinho que você tem, pela competência que você tem nesse trabalho de
232 coordenar não só a equipe, mas também os instrumentos para racionalização do
233 licenciamento ambiental. Então, nós estamos aqui como mero porta-voz dos
234 representantes do comércio, dos serviços nesse árduo trabalho de equilíbrio no
235 desenvolvimento sustentável. Nós estamos desenvolvendo na presidência do
236 Conselho de Sustentabilidade um projeto bastante interessante não só de levar o
237 desenvolvimento sustentável, mas também de incentivar as cidades ao
238 desenvolvimento sustentável, equilibrando a força do setor produtivo como um dos
239 objetivos também para a construção de cidades sustentáveis que venham facilitar
240 todo o trabalho dos empreendimentos. E nisso tem as ações de convergência do
241 Estado, de eficiência, que você citou anteriormente, o que nos agrada muito.
242 Muitas vezes, o empresário em sua atividade se preocupa com resultado e prazo
243 na liberação de suas licenças. Então, esse pacto da eficiência que você citou nós
244 vamos transportar para a Associação Comercial e difundir o quanto o Estado tem
245 de compromisso não só com a melhoria da qualidade de vida e do
246 desenvolvimento sustentável, mas também nesse equilíbrio de apoiar o
247 desenvolvimento de renda e empregabilidade junto às empresas, claro,
248 convergindo com o desenvolvimento sustentável. Então, essas são as minhas
249 palavras iniciais ao Plenário do COPAM nesse retorno, e eu não poderia, de forma
250 alguma, não deixar aqui a palavra em nome do presidente Lindolfo Paoliello, da
251 confiança que ele tem na SEMAD e nos servidores, que aqui tanto se empenham
252 para levar adiante essas metas estabelecidas.” Conselheiro Pedro de Freitas

253 Moreira: “Primeiro, parabenizar o Germano e o Odair, secretário de Governo, por
254 esse avanço no processo da gestão ambiental. Mas eu queria aproveitar que
255 chegou à Secretaria de Desenvolvimento Agrário um pedido, então, vou trazer
256 aqui, aproveitar a presença também do ex-prefeito e secretário Angelo Oswaldo.
257 Que a comunidade de Chapada, de Lavras Novas, nos apresentou uma demanda
258 e um conflito em relação à questão da transmissão de energia. Isso chegou até
259 nós, pediram para trazermos aqui ao COPAM, para que consigamos, a partir
260 desse processo de eficiência, conseguir juntar ao crescimento do capital
261 econômico e ao crescimento do capital ambiental o cuidado com o capital social.
262 Que aquela comunidade tradicional da Chapada, como várias outras, não fique
263 fora desse processo de desenvolvimento e de busca que nós estamos tentando
264 para o Sisema. Então, chamar um pouco a atenção no sentido de trazer essa
265 pauta, mas também, principalmente, no sentido de colocar o capital social e, em
266 especial, a agricultura familiar, nessa pauta do crescimento e do cuidado dessa
267 mediação de interesses entre a questão produtiva, energética, ambiental, mas que
268 também o social não fique tão à parte nesse processo.” Conselheiro Adriano
269 Nascimento Manetta: “Senhor presidente, eu acho que a maioria dos outros
270 conselheiros trouxe os agradecimentos e os louros, que são justos, mas uma
271 menção que eu não posso deixar de fazer é a relevância do que foi esse processo
272 de construção da DN 74. É uma tarefa que já dura nove anos para o Sisema,
273 ninguém acreditava que isso fosse possível. Isso aconteceu, e aconteceu com
274 diálogo, transparência, convencimento de partes a partes, e, na minha percepção,
275 com construção de amálgama em torno da norma. Esse trabalho e essa
276 articulação são um negócio inacreditável. Para mim, é digno de mérito extremo.
277 Além disso, eu acho que merece uma menção importante acompanhar a
278 colocação do Dr. Odair nas representações das suplências do governo no
279 COPAM. Os nossos colegas são extremamente qualificados e mantém uma
280 postura de governo aqui. Isso não é fácil, não é normal ter gente dessa maneira.
281 Por muitos anos, eu acompanhei o COPAM, e o que a gente via era desencontro.
282 E hoje nós vemos unidade e diálogo. Isso é uma questão muito interessante, que
283 eu acho que é determinante para chegar a esse resultado positivo. Por último, eu
284 gostaria de lembrar – até acompanhando uma colocação da representante do
285 Ministério Público no encerramento da discussão da DN 174 – que nós estamos
286 no meio do processo. Não basta fazer a norma, nós temos que conseguir acabar
287 de estruturar a Secretaria, que é uma coisa que estamos vendo acontecer a olhos
288 vistos, e isso é extraordinário. Então, não custa reforçar esse apoio, que eu acho
289 que já existe. E parabenizar esse trabalho. Realmente, eu não tinha esperança de
290 que chegássemos ao lugar que estamos. Passar dele é muito bacana. Talvez, o
291 nosso Estado tenha um salto de desenvolvimento a partir do momento em que
292 seja crível que os outros Estados da Federação e o investidor percebam que aqui
293 o investimento é seguro, correto, ambientalmente sustentável e acontece a tempo
294 e modo. Eu acho que esse é o maior mérito que nós vamos poder construir ao
295 longo desses próximos anos.” **4) EXAME DA ATA DA 174ª REUNIÃO DO**

296 **COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 174ª reunião do Plenário do
297 Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 13 de setembro de 2017.
298 **5) ASPECTOS PRÁTICOS, RECURSOS E FUNCIONALIDADES DA**
299 **PLATAFORMA IDE SISEMA PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL.**
300 **Apresentação: SEMAD. APRESENTADO.** Fabrício Lisboa Vieira Machado,
301 diretor de Gestão Territorial Ambiental/SEMAD, fez apresentação da Infraestrutura
302 de Dados Espaciais do Sisema, seu modelo de gestão de dados, aspectos
303 técnicos e aplicações. **Debates.** **Presidente Germano Luis Gomes Vieira:**
304 “Obrigado, Fabrício, pela apresentação. É algo também que pensamos que nunca
305 iríamos conseguir fazer, e conseguimos, com a prata da casa. Foi realmente
306 escolher as pessoas, colocar as pessoas certas nos lugares certos. E saiu, nós
307 conseguimos fazer. É uma ferramenta extraordinária de planejamento. Ela tem
308 três focos principais. Primeiro, possibilita o controle social, as informações estão
309 todas aí. Segundo, que é uma forma de planejamento dos empreendimentos, ou
310 seja, antes de se entrar com o processo, o empreendedor já tem a ideia total de
311 quais são os atributos ambientais, se ele vai ter um licenciamento que não vai dar
312 certo, fadado ao indeferimento, dificultoso, ou se vai ter um licenciamento
313 expedito. Porque isso é fator de decisão de negócios. Então, essa é a segunda
314 grande vantagem da plataforma. E a terceira, obviamente, que é uma plataforma
315 fácil de interagir o técnico e o ambiental, e uma ferramenta de suporte à sua
316 tomada de decisão. É uma forma de congregar mais de 350 camadas de
317 informação para tomada de decisão. Então, é algo extraordinário que nós
318 conseguimos fazer, internamente, só com nossos servidores do Sisema. Nós
319 vamos fazer o lançamento oficial dessa plataforma no dia 20, para os servidores
320 do Sisema, na nossa reunião de encerramento de ano, e no próximo ano já vai
321 estar disponível para toda a sociedade e será um suporte para aplicação da DN
322 217.” **Conselheiro Adriano Nascimento Manetta:** “Foi apresentada uma versão
323 preliminar da plataforma nas Câmaras Técnicas. Até teve um curto período em
324 que esse modelo prévio ficou disponível, e já era muito bom, mas agora eu fico
325 impressionado que até a sugestão que eu ia dar já está contemplada. Eu tinha
326 visto o ZAP na questão de Mariana, de Fundão, ‘tinha que trazer o ZAP’, mas já
327 está dentro da plataforma. Eu acho que é um instrumento espetacular, fiquei
328 impressionado de saber que isso foi feito em seis meses. Como eu mencionei na
329 Câmara Técnica, se sempre ensejou receio, pode conter veneno, mas eu estou
330 vendo que não contém. Quer dizer, fato político, uma posição para cá ou para lá.
331 Pelo que estou vendo, contém elementos físicos, geofísicos e realidade, e é
332 elemento de trabalho mesmo para se poder ter uma previsibilidade do que vai
333 acontecer no seu processo. Eu estou tendo o sentimento de que nós vamos
334 terminar essa gestão com o fim da insegurança jurídica no licenciamento. É isso
335 que eu estou enxergando dessa ferramenta que foi apresentada. Então, eu só
336 tenho a parabenizar.” **Presidente Germano Luis Gomes Vieira:** “No próximo ano,
337 nós devemos anunciar a disponibilização final da plataforma para toda a
338 sociedade. No dia 20, nós faremos o lançamento interno, para todos os servidores

339 do Sisema. E os conselheiros já podem entrar na plataforma e também fazer os
340 seus testes e encaminhar para o Fabrício, que vai fazer essa terceira e última fase
341 de testes, com base naquilo que os conselheiros quiserem reportar de sugestões.”
342 **6) AÇÕES DE RECUPERAÇÃO DO RIO DOCE. Apresentação: Secretaria de**
343 **Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) /**
344 **Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional (Secir).**
345 **APRESENTADO.** Renato Teixeira Brandão/SEMAD e Breno Longobucco/Secir
346 apresentaram um resumo dos trabalhos desenvolvidos pela SEMAD e as demais
347 Casas no acompanhamento das questões relacionadas à recuperação do rio Doce
348 a partir do acidente com a barragem de Fundão, em Mariana. **Debates.**
349 Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu queria só propor um adendo ao programa.
350 Onde vai ser implantada a nova comunidade, existem um manancial, um córrego,
351 duas cachoeiras lindas. Eu queria propor que, como uma das compensações da
352 Samarco, fosse criada uma forma de preservar o local, uma área de visitação
353 pública lá. Como sabemos que vai adensar a população, vai ser impactante. É
354 uma área linda, que deveria ser preservada. Vão ser construídas lá essas casas,
355 então, eu gostaria de deixar aqui esse apelo ao Conselho para que, como uma
356 das compensações da Samarco, fosse feito um esforço de preservação desse
357 manancial, dessas cachoeiras, para que elas não sejam impactadas.” Conselheira
358 Andressa de Oliveira Lanchotti: “Eu gostaria de agradecer os esclarecimentos
359 prestados pelo Renato e também pelo Breno. Em relação aos esclarecimentos do
360 Renato, eu gostaria de maiores informações sobre a utilização da área da
361 Fazenda Floresta. Porque o Ministério Público está acompanhando,
362 recentemente, nós firmamos um acordo com a Samarco para contratação de
363 auditoria externa para acompanhar a remoção dos rejeitos que estão depositados
364 no reservatório de Candonga e também às margens do reservatório, na Fazenda
365 Floresta. E eu tive a informação da construção desses diques, acho que de 50 m
366 de altura, e queria entender como isso está sendo tratado no âmbito da SEMAD.
367 Porque a Fazenda Floresta está a jusante de Candonga, então, há o risco ali, há
368 populações em área próxima, a jusante da Fazenda Floresta, em zona definida,
369 em tese, como de autossalvamento, e eu queria entender os estudos de cenário
370 de rupturas que estão sendo exigidos e todas essas informações. Porque não
371 sabemos como estão sendo tratados esses diques nesse contexto.” Renato
372 Teixeira Brandão/SEMAD: “A Fazenda Floresta foi e ainda é considerada uma
373 obra emergencial em função do risco que a não dragagem pode trazer para
374 Candonga nos períodos chuvosos. É uma obra que o Sistema de Meio Ambiente
375 está acompanhando sua execução, sem ainda formalização efetiva do processo
376 de licenciamento. Hoje, a Renova já tem um FOB emitido para essa questão, que
377 define todo o processo de licenciamento, todos os documentos. Nós temos,
378 efetivamente, a preocupação com relação às questões de segurança desses
379 diques. Nós já recebemos alguns documentos da Fundação com relação ao
380 projeto desses diques, que estão em fase de construção ainda. São diques de
381 terra e enrocamento, não são de montante, e vão receber o rejeito dragado. Nós

temos o acompanhamento desses diques, a preocupação com a construção deles, então, estamos acompanhando a construção. Os projetos vêm assinados por responsáveis técnicos. São diques usuais até na mineração para contenção de rejeitos. O processo de licenciamento vai trazer os aspectos da gestão de barragens que a FEAM traz. Então, sob o ponto de vista da estrutura, todos os projetos hoje têm o seu ART e estão sendo acompanhados sob o ponto de vista de execução. O Sistema de Meio Ambiente, em nenhum dos projetos, acompanha a execução, dia a dia, das obras, mas todos os documentos sobre os projetos, os responsáveis por esses projetos e as responsabilidades, quem vai construir, como vai se dar o processo de construção do dique, nós temos informação, e isso nos dá uma garantia maior de como será executada a obra. Isso tudo vai ser regularizado, toda a discussão sobre o licenciamento, sobre o impacto da obra vai ser regularizado dentro da Licença de Operação Corretiva. Nós temos acompanhado, ainda fora do processo de licenciamento. Com relação à questão de estudo de dam break, lá está próximo do rio Doce, os diques ficam bem a montante do rio em si, está em uma vertente do rio que vai desaguar a jusante da UHE Candonga. Mas não temos preocupações, hoje, com os documentos que temos. Lógico, como estamos discutindo uma barragem de rejeito, uma obra, se ela não for bem executada, vai trazer um risco associado a ela. Mas, hoje, em função das documentações que nós temos de informações sobre como vai ser o processo de construção, sobre as garantias que estão colocadas lá, não temos grandes preocupações com relação à questão de um eventual rompimento. Lógico, toda obra depende de quem está executando, da execução dessa obra, então, não podemos afirmar que não vai acontecer nada, mas, dentro da documentação, do acompanhamento que o Estado e a Secretaria estão fazendo, nós temos garantia e tranquilidade para estar acompanhando essa obra. Não sei se fui claro.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Foi claro, sim, Renato, mas eu acho que essa obra, não obstante o cunho emergencial que tem, trata-se de uma barragem, então, deve ter as exigências técnicas referentes também à informação da população, plano de ações emergenciais, porque o risco sempre existe, tratando-se de uma barragem. Então, há essa preocupação do Ministério Público. Nós, por esse TAC firmado com a Samarco, teremos uma auditoria externa acompanhando, do ponto de vista geotécnico, a construção de todas as obras relacionadas à Fazenda Floresta, mas eu acho que a SEMAD deve se antecipar e já pedir os demais estudos necessários, não obstante ser uma obra emergencial no contexto do licenciamento corretivo.” Renato Teixeira Brandão/SEMAD: “Com relação às questões afetas à Política Nacional de Segurança de Barragem, nós temos o entendimento de que aquilo, como é rejeito de mineração, vão ficar a cargo do próprio DNPM toda essa condição da estrutura e todo o acompanhamento do que a política nacional traz. Com relação ao plano de ação emergencial e a todas essas questões, o plano de ação emergencial é exigido, por exemplo, pelo DNPM, não no momento ainda do projeto, mas no momento posterior, inclusive, após a execução da obra. Então, com relação à

425 questão do plano emergencial, esse plano é exigência do DNPM e acontece em
426 uma situação depois da efetiva execução da obra, o que não impede de o Sisema
427 estar acompanhando a questão dos impactados em função de uma possibilidade
428 de rompimento. Mas o plano de ação emergencial – pelo menos no entendimento
429 que o DNPM traz e que nós também até acompanhamos – não é implantado antes
430 da execução da obra, geralmente, é implantado depois que a obra está em
431 execução, e aí começa o trabalho com a comunidade de toda a comunicação do
432 risco.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Só uma dúvida: a obra já não
433 está em execução?” Renato Teixeira Brandão/SEMAD: “Está em execução.”
434 Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Apenas para registrar, Andressa, eu vou
435 pedir ao Anderson, junto à superintendência que vai cuidar do licenciamento, para
436 atentar à sua referência, para ver se nós conseguimos nos antecipar. Quanto ao
437 Paulo, eu gostaria de sugerir. Aí, não é uma questão de compensação, porque o
438 processo de licenciamento ainda não começou, nós estamos no ponto de
439 elaboração do projeto urbanístico das adaptações. Nesse sentido, eu gostaria de
440 sugerir que essas questões colocadas por ele (conselheiro representante da
441 APPA) fossem levadas para a Câmara Técnica, para serem encaminhadas à
442 Renova, para serem consideradas no projeto. Porque, obviamente, se entrarem
443 com o projeto de intervenção, e assim a legislação permitir, o Poder Executivo vai
444 tentar fazer as compensações ou tentar mitigar os impactos, se forem colocados
445 no projeto. Mas, como nós estamos na etapa pós-projeto, essas intervenções que
446 ele está pedindo não deveriam nem sequer ser colocadas como de intervenção.
447 Então, eu acho que poderíamos tratar na Câmara Técnica, com encaminhamento
448 para a Fundação Renova.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu agradeço a
449 acolhida e só queria, em relação ao que foi colocado da questão de posterior à
450 execução da obra, uma pergunta. Aí, vai fazer o plano, posterior. E se a obra em
451 si, depois, inviabilizar qualquer plano, posterior? Quer dizer, executa a obra e
452 depois faz um plano com a comunidade, de ação emergencial. Mas a obra, em
453 sua execução, já está analisando ou está sendo feita de forma que isso possa ser
454 feito depois de a obra pronta? Tem como haver intervenção na obra? ‘Ah, não dá
455 para desfazer mais’. Tem que se ater a isso, não?” Renato Teixeira
456 Brandão/SEMAD: “Esse plano de ação emergencial está focado em ações em
457 caso de um acidente. Então, as colocações de sirene, comunicações internas,
458 externas, o plano não é um plano de execução de obra de engenharia ou qualquer
459 coisa e não aborda esses aspectos. O plano de ação emergencial são ações que
460 vão ser feitas e estartadas, quem tem que ser comunicado, como deve acontecer
461 a comunicação em um eventual acidente. Então, ele não influencia na obra, o
462 plano, em si, não influencia na execução da obra.” Conselheiro Paulo José de
463 Oliveira: “Eu queria até pedir. O órgão está aqui com os técnicos. Porque eu
464 participei de uma reunião, há pouco, inclusive com a presença da Renova, e
465 algumas questões que foram colocadas nos preocupam muito. Primeiro, que tinha
466 pessoas da comunidade colocando – e não foi rebatido pela própria Renova – que
467 ela (a Fundação Renova) foi criada para assumir a responsabilidade da Samarco

468 e não foi criada com a participação da comunidade atingida, inclusive que há
469 pressão na comunidade atingida para fazer aquilo que a Renova quer e não aquilo
470 que a comunidade entende que é importante para mitigar os problemas que eles
471 estão vivendo. Então, eu gostaria que isso fosse olhado com carinho pelos
472 técnicos que estão acompanhando. O Ministério Público eu acredito que está a
473 par disso, acompanhando esse processo lá. E há outras questões preocupantes
474 lá. Então, enquanto conselheiro aqui no Plenário, eu gostaria de deixar registrado
475 o meu pedido para que realmente fosse feito com muito carinho esse processo.
476 Como nós vimos aqui, foi aprovada a questão de Maravilhas III. Nós apontamos
477 erros, falhas, mas foi aprovada. Depois que acontece uma tragédia, não adianta
478 mais culpar alguém ou não culpar. Eu acho que está no momento de realmente se
479 precaver e se exigir a forma melhor possível de conduzir essa questão do que já
480 está sendo colocado.” Conselheira Andressa de Oliveira Lanchotti: “Em relação à
481 fala do conselheiro Paulo, eu queria dizer que a participação dos atingidos está
482 sendo revista agora. Tivemos avanços significativos, foi firmado um termo aditivo
483 ao TAP, um Termo de Acordo Preliminar assinado, em janeiro deste ano, entre
484 Ministério Público Federal, Samarco e controladoras. E esse adjetivo, agora,
485 firmado em novembro, prevê um processo participativo, a contratação de dois
486 entes externos: a Fundação Getúlio Vargas e o Fundo Brasil de Direitos Humanos.
487 E vai ter uma ampliação da participação por meio de mais 15 audiências públicas
488 ao longo da Bacia do Rio Doce, inclusive nas terras indígenas. E a Fundação
489 Getúlio Vargas vai capitanear a valoração desses danos todos sofridos pelos
490 atingidos, para possibilitar uma reparação integral. Neste momento, estão
491 ocorrendo também reuniões para a repactuação do TTAC. Hoje mesmo, eu vim de
492 uma reunião dessas, que está acontecendo ainda na parte da tarde. Temos
493 reuniões segunda e terça, o dia inteiro. E nesse processo, agora, neste momento,
494 estamos discutindo a governança do sistema, tanto do CIF quanto da Fundação
495 Renova, já apreendendo a participação dos atingidos por meio de comitês locais,
496 fórum de comitês locais, tanto no CIF quanto na Renova. Foi dado um prazo pelo
497 juiz da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte para finalizarmos essas negociações
498 até março do ano que vem. Vamos fechar um texto agora em dezembro e, até
499 março, a expectativa de que essas negociações sejam já homologadas. A partir
500 daí, nós vamos passar por uma segunda etapa de negociação com as empresas,
501 as advocacias públicas da União, do Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo,
502 que também estão participando desse processo, as controladoras, para
503 reformulação dos 41 programas. Então, esse acordo preliminar que eu mencionei,
504 firmado em janeiro com o Ministério Público Federal, prevê a contratação de
505 experts externos tanto na área socioeconômica como na socioambiental. Na
506 socioambiental, foram contratados os Institutos Lactec, para fazer o diagnóstico
507 do dano ambiental ao longo de toda a Bacia do Rio Doce, e a empresa Ramboll,
508 para acompanhar as execuções dos programas, pela Fundação Renova. Esse
509 trabalho dos experts vai subsidiar a reformulação dos programas. Então, já
510 identificamos que há falhas, há questões que precisam ser corrigidas nos

511 programas: ampliação de programas, ações que não foram previstas. Então, vai
512 ter um processo amplo, que vai durar 24 meses, para renegociação do programa,
513 buscando a recuperação integral da bacia e a reparação integral dos atingidos.
514 Esse processo de recuperação da Bacia do Rio Doce é muito extenso, longo, vai
515 durar no mínimo uma década. Eu acho que essa é a previsão. Voltar ao status
516 quo de antes é praticamente impossível, mas, com esse diagnóstico da Lactec,
517 nós podemos saber também como era antes, como vai ficar com a recuperação. E
518 o que não é possível ser mitigado, ser compensado, passar para a valoração. Não
519 é possível retirar todo o rejeito. Como o Renato disse, retirar todo o rejeito é
520 inviável, vai impactar outras áreas. Então, tem que ter estudos técnicos para
521 mostrar onde o rejeito deve ser retirado, onde ele deve ser realocado de maneira a
522 não ter uma degradação ambiental, mas há, sim, uma obrigação por parte das
523 empresas de compensar o rejeito que não vai ser retirado. Vai ter um dano
524 permanente ao meio ambiente, então, têm que ser contempladas outras ações
525 ambientais ao longo da bacia. É isso que estamos buscando.” Presidente
526 Germano Luis Gomes Vieira: “Eu queria também aproveitar, conselheiro Paulo, e
527 fazer algumas palavras sobre a questão. Só é possível hoje nós falamos em
528 melhoria do TTAC porque alguma coisa existe. Quando ele foi celebrado, ele foi
529 celebrado apenas quatro meses depois do acidente. Não só porque a reparação,
530 além de ser integral, tem que ser imediata. Cada tempo que passa, para o meio
531 ambiente, a degradação pode continuar maior se você não conseguir estancar ou
532 iniciar a recuperação. Naquela época, se pensássemos apenas no cenário ideal,
533 nada teria sido feito. Nós fizemos, naquela época, o possível. E graças a esse
534 possível que foi feito naquela época que nos oportuniza hoje tecer as críticas
535 sobre o que foi feito, mas também, sobre essas críticas, a oportunidade de
536 melhorias. Ato contínuo a isso, parabenizar o Ministério Público Estadual,
537 Andressa, levar os parabéns ao Rômulo, e agora ao Ministério Público Federal.
538 Essa integração é muito importante. Nós acreditamos que esse modelo que tem
539 sido construído, de fato, vai melhorar, obviamente, vai atender mais a expectativa,
540 o que a sociedade espera de uma recuperação. E colocamos um pleito também
541 para vocês que estão diretamente discutindo a governança. Eu sei que a AGE tem
542 participado, mas se além sempre ao paralelismo entre o governo federal e o
543 governo dos Estados. Eu, que sou conselheiro pelo Estado de Minas Gerais, junto
544 com o secretário de Agricultura, às vezes, tenho a preocupação de que, às vezes,
545 alguns temas que são vistos pelo governo federal, que está, às vezes, longe, mais
546 longe ainda do dia a dia da recuperação e dos municípios, nos trazem certa
547 preocupação de que essa governança possa destoar, em paralelismo, a
548 representação do governo federal com o governador do Estado, seja de Minas
549 Gerais, seja do Espírito Santo. Então, é só para pedir a atenção de todos que
550 estão discutindo a governança sobre isso.” Conselheira Andressa de Oliveira
551 Lanchotti: “Obrigada, Dr. Germano. Eu também aproveito para parabenizar o
552 senhor na primeira sessão do COPAM, hoje, sob a presidência do senhor na
553 condição de secretário de Estado. Eu faço votos de exitoso trabalho à frente da

554 pasta. E essa preocupação está sendo levada em consideração, para manter o
555 equilíbrio federativo no CIF. Então, tudo isso está sendo pensando para não
556 prejudicar a representatividade dos municípios dos Estados de Minas Gerais e do
557 Espírito Santo.” Conselheiro Carlos Ernest Dias: “O que eu ia falar a promotora já
558 mencionou, a questão das terras indígenas. Eu acho que está sendo feito alguma
559 coisa nesse sentido. E parece até bobagem perguntar isso, mas se tem também
560 algum trabalho com relação à fauna aquática, se isso é possível ser recuperado,
561 se há algum estudo sendo feito nesse sentido. Nós temos conhecimento no Brasil
562 sobre isso, e eu até estava olhando aqui o site da Fundação Renova, que fechou
563 um acordo com a Universidade Federal de Viçosa. A promotora mencionou duas
564 fundações, que eu não conheço, mas que provavelmente são estrangeiras. Eu
565 sou professor universitário e quero defender também o conhecimento gerado nas
566 universidades federais do Brasil. E, pelo que eu vi, foi no dia 7, agora,
567 recentemente, que foi celebrado um acordo com a Universidade Federal de
568 Viçosa, mas eu não conheço. Mas eu quero chamar atenção para isso, porque
569 nós temos no Brasil conhecimento sendo produzido pelas universidades federais,
570 e isso é importante ser dito aqui, porque as universidades federais estão sendo
571 combatidas por alguns setores da mídia, alegando desvios, ociosidades. Então,
572 isso é da maior importância, que seja considerado que nós temos no Brasil
573 conhecimentos suficientes para compartilhar com essas ações que estão sendo
574 desenvolvidas pela Renova. E também dizer que eu compartilho muito com o
575 Paulo aqui e com o colega, do ponto de vista como representante de uma ONG
576 ambiental, a Arpempg, Associação de Reservas Particulares, no sentido de
577 valorizar a questão social, cultural e ambiental em todas as ações que são
578 movidas pelos órgãos de governo, que quase sempre isso é deixado de lado. Não
579 dá mais para viver de economia e política. No Brasil, nós temos uma crise,
580 sobretudo, cultural, uma crise comportamental também, da qual a grande mídia
581 faz parte. A mídia toca isso diariamente. Então, nós precisamos estar atentos a
582 isso, para que possamos nos reconhecer dentro do próprio país em que nós
583 vivemos. Então, eu acho que isso deve ser levado em conta pelo Ministério
584 Público, pelos órgãos de Estado e pelos municípios, porque nós, das ONGs
585 ambientais, estamos sempre mais perto disso, sempre mais ligados a essas
586 preocupações.” Conselheiro Pedro de Freitas Moreira: “Eu tenho acompanhado
587 tanto a Câmara Técnica de Reflorestamento quanto a de Economia e Inovação.
588 Temos alguns diálogos, bons diálogos com os atingidos, sobretudo pescadores e
589 agricultores familiares, e conversando com o Ministério Público. Enfim, temos feito
590 um esforço de acompanhamento, de perto, desse processo de recuperação
591 ambiental, e reconheço o esforço do Ministério Público e também dos nossos
592 representantes Germano e agora o Pedro Leitão, no CIF, de tentar racionalizar e
593 otimizar esse processo de recuperação ambiental. E dentro dessa vivência que eu
594 tenho feito tem ficado muito claro que a agricultura familiar tem sido pouco sujeito
595 e pouco pautada no processo. Quando vamos para o debate de diversificação
596 econômica, compensatória, a tentativa de novas indústrias, de outros processos

597 industriais como alternativa, e o risco pela dificuldade e falta de água e energia
598 etc., que tem sido a tônica. No processo de recuperação ambiental, a exclusão do
599 sujeito agricultor familiar etc. também tem sido uma tônica na CTFlor. Então, eu
600 queria chamar um pouco a atenção no sentido de que, para pensar esse processo
601 de recuperação e as diversas representações, seja na negociação com a Renova
602 e a Samarco, diretamente, e o Ministério Público, seja a nossa representação,
603 Germano, que a gente consiga pensar e olhar a agricultura familiar, os sujeitos
604 mais impactados, entendendo pescadores tradicionais ou não também como
605 agricultores familiares, que são os mais impactados. Como pensar um processo
606 compensatório que dê conta dessa diversidade. Eu acho que isso ainda não está
607 sendo pautado, muito pela agenda reparatória. O debate da agricultura ainda está
608 naquelas 200 famílias que serão reparadas diretamente. Mas que também a gente
609 consiga avançar nisso. Nesse sentido, eu queria trazer algumas proposições. Eu
610 não sei se existe um consenso para aprovarmos no COPAM, mas que sejam
611 pautas de discussão. Primeiro, que os 10 mil que vão ter intervenção, o que está
612 previsto no TTAC, isso seja feito com os SAFs, os Sistemas Agroflorestais. Aí, se
613 consegue casar tanto o processo de recuperação ambiental, pensando em água e
614 solo, com a geração de renda e a inclusão do agricultor familiar. E pautar o
615 agricultor familiar como sujeito dessa recuperação em vez de ser uma questão
616 exógena, que organizações de fora do território venham e façam aquele trabalho e
617 saiam. Então, pensar o SAF, fazer uma discussão, se ainda não estiver madura o
618 suficiente, para ver como os Sistemas Agroflorestais consigam ser parte desses
619 10 mil hectares. O nosso diálogo dentro de Minas Gerais tem sido mais fácil. Com
620 o Ibama, esse diálogo tem sido mais difícil. Então, que a posição do COPAM,
621 nesse sentido, seja interessante para vermos um caminho de ação e de diálogo.
622 Um segundo ponto é, pela dificuldade negocial dos reassentamentos, abrir uma
623 discussão, dentro do governo, da questão dos reassentamentos na perspectiva do
624 rural, o que um pouco a lógica e traz uma perspectiva de outra forma de
625 ocupação, claro que tendo acordo com aqueles agricultores. Mas eles teriam uma
626 terra maior, mas o custo de infraestrutura etc. talvez mediar esse retorno para
627 eles. Então, onde está com dificuldade – eu até fui procurado pela Secir para
628 tentar abrir esse diálogo –, tentar ter uma perspectiva como assentamento rural
629 em uma mediação também desse lugar, para que consigamos tornar esse
630 processo mais célere do que tem sido feito. Está muito difícil ficar dependendo da
631 boa vontade ou não de alguém para querer esse processo. Tanto o Ministério
632 Público quanto nós, do Estado, quanto os atingidos ficamos muito vulneráveis
633 dessa decisão, então, que essa provocação seja uma busca de alternativa ou para
634 acelerar o outro processo ou uma alternativa que, de fato, seja colocada. E, por
635 fim, que tenhamos um esforço nas compensações ambientais, tratar a agricultura
636 familiar e o crescimento endógeno daquela região como prioridade. Eu acho que o
637 que a gente vem construindo, apesar de ser o início só da reflexão compensatória,
638 não tem tratado a agricultura familiar como alternativa econômica. E se tirar
639 Mariana, que tem a mineração – e a agricultura familiar é cerca de 5% –, de todos

os municípios da calha – Valadares também muda um pouco –, a principal questão produtiva é da agricultura. E se pegar o CAR tem poucas propriedades acima de 4 módulos fiscais. Então, se vai andando para Valadares, principalmente no território pós-Candonga, são agricultores familiares que têm uma participação no PIB municipal – tirando prefeitura e serviços –, a única ação que tem. E isso não está sendo discutido e não está sendo pensado como questão econômica, como alternativa econômica a se pensar nesse processo de recuperação. E uma alternativa econômica com perspectiva agroecológica etc. vai ter um retorno de produção de água e de solo muito maior. Então, eu chamo atenção e aproveito esta oportunidade e reconheço o esforço de vocês, da SEMAD, nesse processo, mas isso não tem virado uma ação concreta na discussão dos programas e em uma ação concreta para a agricultura familiar do território. Então, a minha intervenção é um pouco nesse sentido, de pensar algumas ações e tentar influenciar também como Conselho para que esse caminho seja seguido, contando também com o apoio do Ministério Público nesse sentido.” Conselheiro André Port Artur de Paiva Torres: “Eu acho importante um breve relato aqui. No último dia 7, eu estive na audiência pública do Estudo de Impacto Ambiental para o licenciamento corretivo do Complexo de Germano. Alguns colegas da SEMAD até estavam lá, obviamente. E me chamou atenção a receptividade da comunidade marianense para a atividade da Samarco, para o funcionamento do complexo novamente, com a ressalva dos cuidados já colocados pelos colegas aqui com as comunidades atingidas, sobretudo. Então, em cima da fala dos colegas, se percebe uma abertura. Eu acho que é importante colocar aqui no Conselho essa receptividade da comunidade marianense, com essa ressalva de que aumenta a importância desse trabalho que já vem sendo feito e coloca uma oportunidade de reparação mesmo, com ajuda do poder público, dessa tragédia que aconteceu e que pode ensinar a todos nós como mitigar e evitar erros. De modo que isso deixa ainda mais importante essa preocupação. Eu achei importante colocar isso na plenária para que todos os colegas que não puderam comparecer ficassem a par disso.” Presidente Germano Luis Gomes Vieira: “Obrigado, conselheiro. De fato, nós vamos ter que avançar bastante na percepção das manifestações na audiência pública como forma integrante e influenciadora na tomada de decisão. Eu já vi diversos empreendimentos com demasiada cautela ambiental que deveriam ser tratados, mas cuja audiência pública era favorável por aspectos econômicos. E já vi também audiência em que eram áreas degradadas, um processo extremamente tranquilo, e, na audiência pública, a tônica era ambiental, às vezes, até sem sentido. Então, por mais que a audiência pública seja um termômetro do que se passa em uma comunidade local ou, inclusive, regional e tenha que integrar um processo de licenciamento ambiental, nós sempre temos que ter cautela com o que se passa em uma audiência pública, porque em processos dessa magnitude, como o da Samarco, os critérios técnicos é que são, de fato, muito determinantes. A parte socioeconômica, obviamente, é analisada, está presente nos estudos ambientais,

683 mas nós temos que ter muita cautela com um tipo de processo dessa magnitude e
684 como essas manifestações, de fato, chegam e devem integrar o processo de
685 licenciamento. No ano que vem, nós vamos começar um processo de discussão,
686 também na CNR, das audiências públicas. Eu acredito que nós temos que
687 executar os estudos sobre qual a importância de uma audiência pública em um
688 processo de licenciamento, para nos dar, inclusive, condições de como integrar
689 essas manifestações no processo. Sobre a fala do conselheiro Pedro, eu queria
690 pedir, Breno, que você pudesse levar também essa questão para a secretaria
691 executiva, porque esse é um tipo de assunto para tratar dentro da comissão
692 estadual que acompanha as posições governamentais no TTAC. Eu acredito que
693 essas manifestações nós podemos trabalhar nas próprias Câmaras Técnicas,
694 para que subsidiem a manifestação minha e do Pedro lá no CIF.” **7) PLANO DE**
695 **GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS DE BELO HORIZONTE.** Patrícia Dayrell,
696 da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) de Belo Horizonte, fez
697 apresentação do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos
698 Sólidos da capital. Debates. Conselheiro Carlos Ernest Dias: “Obrigado pela
699 apresentação e pela oportunidade de falar novamente. Eu quero aproveitar esse
700 tema, que me interessa muito, sempre me interessou muito, a questão do lixo,
701 para dar algumas contribuições. Eu acompanhei, quando foi lançado,
702 recentemente, até baixei PDF do material apresentado aqui, e isso que eu vou
703 falar não são críticas, são contribuições, porque eu achei uma grande iniciativa do
704 prefeito de levar adiante esse projeto. E vou tentar juntar isso com umas ideias
705 que eu deixei de falar, sobre a questão da geração de empregos e da questão
706 rural, na qual eu lido através das reservas particulares. Por exemplo, a questão do
707 lixo orgânico. Existe uma coisa chamada consciência oficial e a consciência
708 prática. Assim como no lixo, nós temos a geração do lixo, as duas pontas, onde
709 nasce o lixo e onde ele termina. Por exemplo, o lixo orgânico. Eu estava lendo
710 aqui e já tinha lido: ‘O programa de coleta seletiva de resíduos orgânicos é parte
711 integrante do programa de compostagem desde 1995. Conta com a participação
712 de 35 estabelecimentos. É realizada com dois caminhões’. Ou seja, Belo
713 Horizonte tem 2 milhões de habitantes, e são dois caminhões e 35
714 estabelecimentos. Isso, na minha opinião, deveria ser ampliado ao cubo. É
715 preciso, realmente, tomar alguma decisão prática. A consciência oficial está
716 tomada, mas a consciência prática, que é como operacionalizar esse movimento
717 do lixo, é que é da maior importância. Então, 35 estabelecimentos e dois
718 caminhões para Belo Horizonte, isso me parece algo irrisório. E também por quê?
719 O lixo orgânico, a compostagem, gera produto, gera adubo. Precisa de áreas para
720 trabalhar isso, precisa de gente, e gente é emprego. O papelão, por que esses
721 catadores até hoje ficam ali na Afonso Pena ocupando uma faixa inteira? Por que
722 não tem um caminhão para catar esse papelão? Por que não dão dinheiro para
723 esses catadores, para catar o lixo e ter condições de trabalho? Não é crítica.
724 Outro dia eu vi um, parei o carro atrás, e o papelão dizia ‘made in China’; e o cara
725 arrastando aquela carretinha com milhões papéis em cima. Então, eu quero

726 parabenizar a prefeitura por ter feito isso e dar uma contribuição nesse sentido de
727 que, para mim, isso tinha que ser uma lei, tem que baixar uma lei obrigando a
728 separar o lixo. E tem que comprar caminhão, tem que arrumar áreas para fazer a
729 compostagem, e botar dinheiro nesse negócio. E dinheiro tem, Belo Horizonte tem
730 dinheiro. E esse adubo pode ir para onde? Aí que eu queria juntar com a minha
731 fala anterior, que eu acabei não concluindo. Porque nós vivemos uma crise. Um
732 dos secretários falou na famosa crise brasileira. Qual é a crise brasileira? Eu até
733 fiquei satisfeito, porque vocês falaram em cultura. Limpeza é cultura. E volto a
734 falar que a questão nossa não é mais política e economia. Se continuarmos
735 insistindo com política e economia, nós não vamos sair da crise, a crise não é
736 política nem econômica, a crise é social e cultural, é educacional. Então, a minha
737 opinião é que tinha que baixar uma lei de separar o lixo e tinha que botar nas
738 escolas. Se as metas são para 2020, 2030, tem que botar esse conteúdo na
739 escola. Porque daqui a dez anos vai ter um resultado disso. Então, a questão do
740 adubo é uma outra proposta, sugestão que eu queria dar ao COPAM e aos
741 colegas conselheiros. Nós temos, então, a questão da cultura do boi. Vou falar
742 novamente em cultura, na cultura da vaca e do boi. Segundo dados do IBGE, em
743 2017, a população brasileira era de 207,7 milhões de habitantes, e a população
744 bovina, 215,2 milhões. Ou seja, nós temos mais bois e vacas do que gente no
745 Brasil. Sendo que bois e vacas estão espalhados por todo o território, e os seres
746 humanos estão aglomerados nas cidades, com grande parte da população tendo
747 uma vida precária, de baixa qualidade, como todos sabem. Então, você gera
748 adubo com o lixo e produz isso em massa, e ao mesmo tempo nós temos o
749 problema das nascentes. Eu estava lendo a ata, eu não vim à última reunião, e
750 quem veio foi o Paganini, que compõe a mesma chapa que eu, através da
751 Fundação Relictos. E foi falada aqui essa questão da crise hídrica e da falta de
752 assistência que os Comitês de Bacias Hidrográfica andam tendo para resolver os
753 seus problemas de recuperação de nascentes e tudo. Como se recupera uma
754 nascente? Eu quero colocar uma experiência bem-sucedida que nós temos na
755 nossa Reserva Particular. É uma pequena reserva, de 5 hectares, onde nós
756 fizemos o reflorestamento de 2 hectares, e foi bem-sucedido porque isso se
757 traduziu, imediatamente, em recuperação de água, e plantando árvore sobre
758 braquiária. Todos conhecem capim braquiária? Provavelmente, não. Braquiária é
759 o capim que foi plantado ao longo de séculos no Brasil e que ocupa, talvez,
760 metade do território. Esse capim esteriliza o solo, esquentando o solo, não nasce
761 nada ali. Então, como se combate um capim desse? Plantando árvore, botando
762 sombra. Mas não bata plantar, tem que plantar, cuidar, roçar, adubar. Isso por um
763 tempo, dois, três, quatro, cinco anos. Aí, você tem o adubo. Se você tem o adubo
764 orgânico, que é uma coisa poderosa do lixo urbano, você joga isso. Então, eu
765 espero que isso fique gravado e considerado pela política ambiental, porque nós
766 temos uma maneira de resolver vários problemas ao mesmo tempo com isso,
767 problema de emprego, problema de produção de mudas, de adubo, para plantar e
768 para recuperar nascentes. Então, essa experiência de recuperar 1 hectare com mil

769 mudas ou 500 mudas foi bem-sucedida, e isso poderia ser ampliado em
770 megadimensão, inclusive no rio Doce. É como se falou aqui da agricultura familiar.
771 Finalizando, eu quero dizer que essa questão dos Comitês de Bacia Hidrográfica
772 foi bem falada aqui. Foi falada também no evento que houve no Minascentro,
773 recentemente, onde os Comitês de Bacia Hidrográfica reclamam o recurso que
774 não chega até eles. O recurso para o trabalho efetivo, que eu acho que está
775 contingenciado pelo Estado etc. Mas, finalizando a minha fala, eu quero trazer
776 para vocês a questão da crise hídrica. Eu atuo na área de educação, sou
777 professor da UFMG. Nós temos um grande educador brasileiro, mineiro de Montes
778 Claros, o Darcy Ribeiro. Sobre educação, ele disse uma frase famosa: ‘A crise da
779 educação no Brasil não é uma crise, é um projeto.’ Considerando o que eu li na
780 ata e também considerando uma notícia que foi publicada ontem, eu quero
781 chamar a atenção de todas para isso. É uma informação muito perturbadora, mas
782 eu quero dar a vocês aqui. Há um site chamado ‘Brasil de Fato’. Ontem, nesse
783 site, foi publicada uma matéria com este título: ‘Geoengenharia é extremamente
784 perigosa, afirma pesquisadora do clima’. Eu vou ler três linhas que iniciam a
785 matéria: ‘A geoengenharia é uma ciência que tem tentado encontrar maneiras de
786 manipular o clima através da tecnologia. Ela vem ganhando mais terreno nos
787 espaços de diálogo do clima, entre eles, a Conferência do Clima de Bonn, na
788 Alemanha, realizada em novembro deste ano.’ Eu não sei se todos estão
789 preparados. Talvez, porque tenha voltado a chover aqui em Belo Horizonte – em
790 Minas Gerais, parece que a chuva voltou –, mas os relatos da última reunião aqui
791 são muito graves, dos incêndios em Montes Claros, da situação do rio Paracatu,
792 também, que, provavelmente, tenha voltado a chover lá, e o rio parece que está
793 melhor. Mas, de qualquer forma, a geoengenharia do clima, pessoal, é uma
794 realidade. Há, como diz aqui, uma maneira de manipular o clima através da
795 tecnologia. Então, considerando tudo isso que eu disse, foram vários assuntos,
796 mas eu quero reforçar que há uma possibilidade de se produzir adubo para plantar
797 muda e recuperar nascente e também dizer que, se o Darcy Ribeiro disse que a
798 educação no Brasil não é uma crise, é um projeto, considerando essas
799 informações que eu dei, nós talvez pudéssemos dizer que a crise hídrica do Brasil
800 não é uma crise, é um projeto. Obrigado.” Conselheira Andressa de Oliveira
801 Lanchotti: “Eu só queria trazer ao conhecimento do público que, em relação a
802 essa questão da crise hídrica, neste mês, o Ministério Público de Minas Gerais, o
803 Caoma, ganhou duas novas estruturas. Uma delas é o Nuta, o Núcleo Integrador
804 para Tutela da Água. Então, foi criado um núcleo específico para o
805 desenvolvimento de estudos e planejamento de uma atuação integrada no
806 Ministério Público de Minas Gerais, em busca de conseguir o maior planejamento
807 na utilização dos recursos hídricos e também fortalecer os Comitês de Bacias
808 Hidrográficas, entre outras ações importantes nesse sentido. Esse núcleo vai ser
809 coordenado pelo Dr. Bérqson Guimarães, que é um promotor de Justiça que tem
810 bastante conhecimento na área. Ele é coordenador regional no Sul de Minas. E eu
811 acho que vai ser um projeto bem frutífero nesse sentido. A outra coordenadoria é

812 a Cedef. Houve a transformação do Gedef, que é um grupo especial de defesa da
813 fauna, em Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna. Então, o Gedef já teve
814 atuações relevantes no manejo populacional ético de cães e gatos, nos estudos
815 também para coibir maus-tratos dos animais. Todas essas ações agora vão ser
816 potencializadas com uma coordenadoria estadual, que vai ter uma melhor
817 estrutura e, em breve, um promotor de Justiça exclusivo para atuar nessa área.”
818 Conselheira Pegge Sayonara Mendes: “Primeiro, eu quero agradecer ao COPAM
819 por ter incluído essa pauta que foi solicitada pelo presidente da Abes, na última
820 reunião, e parabenizar a Patrícia que, mesmo prejudicada pelo tempo, fez uma
821 ótima apresentação, que demonstra como para elaborar um plano tem que se ter
822 um empenho, um esforço. E parabenizar a SLU e a Prefeitura de Belo Horizonte,
823 que, mesmo com toda a crise, conseguiu elaborar esse plano. E que esse
824 empenho continue agora na implementação, no acompanhamento da
825 implementação, que é um outro esforço bem grande. E lembrar que o Estado
826 ainda não tem esse plano. Que sirva, então, de exemplo para que tenhamos, o
827 mais breve possível, também o plano estadual de gestão de resíduos.” **8)**
828 **PROGRAMA MINAS TRATA ESGOTO. Apresentação: Fundação Estadual de**
829 **meio Ambiente (FEAM).** Item sobrestado devido ao adiantado da hora, devendo
830 ser pautado na próxima reunião do Plenário. **9) PLANO DE FISCALIZAÇÃO**
831 **AMBIENTAL 2018. Apresentação: Subsecretaria de Fiscalização Ambiental**
832 **(Sufis/SEMAD).** Marcelo da Fonseca/SEMAD fez apresentação, ao Plenário do
833 COPAM, sobre os resultados obtidos no exercício de 2017 com as ações de
834 fiscalização ambiental em todo o Estado de Minas Gerais, bem como do plano de
835 fiscalização elaborado para 2018. **10) INDICAÇÃO DE CONSELHEIROS**
836 **(TITULAR E SUPLENTE) PARA COMPOR A COMISSÃO ESTADUAL P2R2**
837 **MINAS.** O Plenário aprovou por unanimidade a indicação dos conselheiros Pegge
838 Sayonara Mendes, representante da Abes-MG, como titular, e Cleinis de Faria e
839 Silva, da ACMinas, como suplente, para representar o COPAM na Comissão
840 Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências
841 Ambientais com Produtos Perigosos (P2R2). **11) PROPOSTA DE AGENDA**
842 **ANUAL PARA AS REUNIÕES DO PLENÁRIO DO COPAM EM 2018.**
843 **Apresentação: SEMAD.** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões do
844 Plenário do COPAM para o ano de 2018, conforme a proposta apresentada pela
845 SEMAD, com previsão de sessões ordinárias nos dias 14 de março, 20 de junho,
846 19 de setembro e 12 de dezembro. **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
847 assuntos a serem tratados, o presidente suplente Anderson Silva de Aguiar
848 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi
849 lavrada esta ata.

851 APROVAÇÃO DA ATA

853 **Germano Luis Gomes Vieira / Presidente do COPAM**